

**Lista de propostas colhidas pela Comissão de Sistematização do Seminário de Instrumentos Econômicos para a Gestão Ambiental Rural na Amazônia, realizado em Cuiabá, entre 21 e 22 de agosto de 2007, para subsidiar os trabalhos da Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente do Conama**

**BANCOS**

**INTERNO**

- 1 Melhoria de procedimentos internos para análise de projetos e avaliação de risco atentos à temática ambiental e aos instrumentos econômicos disponíveis para a gestão ambiental rural, especialmente na Amazônia
- 2 Adequação dos juros das linhas de crédito do BNDES para projetos de desenvolvimento sustentável

**LINHAS DE CRÉDITOS**

- 3 Sugerir aos Bancos Públicos/Privados a criação de Linhas de Créditos que contemplem:  
  
Gestão de Áreas Protegidas  
Gestão Rural Sustentável (desenvolvimento e/ ou aquisição de tecnologias)  
Redução das emissões líquidas de gases de efeito estufa (aquisição de insumos, equipamentos, realização de obras, serviços, implantação, monitoramento, validação, certificação)  
Mecanismos de Desenvolvimentos Limpo (biodiesel, parque eólico, pequenas centrais hidrelétrica, cogeração de energia)  
Financiamento a Estados e Municípios com o intuito de capacitar e melhorar os órgãos públicos, secretarias e conselhos para uma melhor eficiência na gestão ambiental.
- 4 Eliminar subsídios perversos ao meio ambiente

**O QUE CONSIDERAR**

- 5 Incluir contrapartidas de preservação da reserva legal, app e reflorestamento em financiamentos bancários e linhas de crédito aos produtores rurais.
- 6 Considerar o ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico nos procedimentos relativos ao financiamento de projetos de agropecuária e silvicultura pelos bancos públicos federais.
- 7 Incentivo à ocupação e recuperação de áreas já degradadas

## FUNDOS

- 8 Definição de critérios ambientais aplicáveis para os Fundos Constitucionais (FCO, FNO, FNE)
- 9 Índices de investimentos sustentáveis
- 10 Revisão dos incentivos fiscais regionais (fundos para investimento sustentável)

## CERTIFICAÇÕES

- 11 Criar mecanismos de certificação da produção de álcool, biodiesel e biocombustíveis em bases ambientais sustentáveis.  
Criar mecanismos de certificação da produção de carvão vegetal em bases ambientais sustentáveis.

## IMPOSTOS (Isenções/Compensações)

### Isenção

- 12 Aprofundar os estudos para a melhoria dos efeitos da isenção de ITR, nos casos hoje previstos em lei, visando uma compensação melhor aos proprietários; integrar bancos de dados da SRF com os do Ibama para o monitoramento dessa isenção.
- 13 Isenção de tributos aos bens e serviços necessários à Recuperação Ambiental

### ICMS-Ecológico

- 14 Sugerir a criação do ICMS-E aos Estados que ainda não o possuam
- 15 Aprofundar os já existentes **incluindo** critérios como controle de queimadas, saneamento básico, uso sustentável da água, fortalecimento do sistema municipal de meio ambiente, etc.
- 16 Divulgar/fomentar convênios de associações e prefeituras para monitorar recursos advindos do ICMS-E para que o município se torne um Agente Empreendedor).

### PSA

- 17 Incluir na discussão de pagamento por serviços ambientais, além dos serviços sobre o carbono não-emitido, os serviços relacionados ao uso sustentável dos recursos hídricos e a conservação da biodiversidade. Incluir também o custo de oportunidade.

## EMISSÃO POR DESMATAMENTO EVITADO

- 18 Aprofundar os estudos em torno da proposta brasileira de redução de emissões de carbono por desmatamento evitado no âmbito das negociações pós-2012 do Protocolo de Quioto.

19 Transformar a redução das emissões de gases do efeito estufa oriundas do desmatamento em um sistema para captação e destinação de recursos financeiros para promoção da conservação e uso sustentável das florestas.

20 ~~Compensação ambiental para o uso das áreas desmatadas para recuperação de áreas degradadas, mata ciliar, calcareamento, adubação e tríplice lavagem, mantendo o sistema produtivo e estancando a evolução do desmatamento. O fundo disso viria de negociações internacionais e da retirada desta verba do cálculo do superávit primário.~~

## POLÍTICAS/PROGRAMAS

21 Política Nacional de Produção mais Limpa

22 Elaboração de um Zoneamento Agroecológico

23 Plano de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio na Amazônia

24 Lei de mudanças climáticas

25 Sugerir ao Congresso Nacional a aprovação do PL de Imposto de Renda Ecológico.

26 Sugerir ao Congresso Nacional a aprovação do PL para o FPE Verde (PLP 351/2002).

27 Criar ambiente favorável para a conversão em lei das alterações do Código Florestal da MP 2166, discussão e atualização

28 Discutir a proposta do ICV de desmatamento zero na Amazônia em sete anos

29 Flexibilização das regras de contingenciamento dos orçamentos dos órgãos do setor público, de forma a avaliar a questão ambiental

30 Melhorar a capacidade de gestão ambiental dos órgãos públicos de meio ambiente

31 Compras Sustentáveis no Setor Público

## TÉCNICAS

### Produtos Florestais

32 Apoio a projetos de melhoria de eficiência (redução de perdas) na produção de produtos florestais.

33 Incentivo e financiamento para pesquisas voltadas às cadeias produtivas florestais.

34 Favorecer a agregação de valor à produção extrativista.

35 Definir parâmetros para os critérios de seleção de projetos para concessão de uso sustentável e gestão de florestas públicas.

### Agropecuária

36 Capacitar pequenos agricultores e agricultores familiares e fomentar a assistência técnica para a produção em bases sustentáveis.

37 Incentivar a utilização de mecanismos de controle da erosão para minimizar os possíveis impactos da produção agropecuária.

38 Utilizar experiência adquirida nos EUA com programas como o “set aside” e “working land”; e na UE com “de coupling” e “agroenvironment practices”.

MDL

39 Aperfeiçoar as técnicas de seqüestro de carbono

### COMISSÕES

40 Criar um GT para desenvolver um modelo de pagamento por serviços ambientais por carbono evitado+biodiversidade+custo de oportunidade, chamando MRE, MAPA, MMA

41 Criar uma missão internacional para criar um mercado internacional de Pagamentos por Serviços Ambientais para ativos ambientais do Brasil.

42 Criar comissão permanente (MMA, MRE, Casa Civil, ongs e produtores) para acompanhar e avaliar a implementação dessas medidas.

### APP/RESERVA LEGAL

43 Diminuir os entraves burocráticos para a obtenção de servidão florestal e cotas de reserva florestal.

44 Sugerir aos órgãos competentes a inclusão das APP e RL no cálculo da produtividade da terra, para efeito de desapropriação em descumprimento da função socioambiental da propriedade.

45 Ampliar o prazo das autorizações de desmatamento.

46 Compensação de Reserva Legal – Cota de Reserva Florestal. Regulamentação do art.44 do Código Florestal, projeto de decreto presidencial elaborado pelo MMA em tramitação na Casa Civil, criando o sistema de crédito e débito de Reserva Legal.

### INTERMINISTERIAL

47 Sugerir ao INCRA a inclusão de variáveis ambientais e de sustentabilidade na definição de áreas para novos assentamentos rurais.